

Aborto, contracepção de emergência e direitos das mulheres - O debate cresce e o momento é de parcerias

Uma ótima notícia para as organizações que atuam pelos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil foi a admissão da *CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução* e da *Conectas Direitos Humanos* como *amici curiae* na Ação de Inconstitucionalidade da Lei nº 7.025/2008 de Jundiaí, que proibiu a distribuição da pílula de contracepção de emergência - a “pílula do dia seguinte” - na rede pública de saúde do município. Como *amici curiae*, do latim “amigos da corte”, a *CCR* e a *Conectas* participam do processo manifestando-se em relação ao tema e podem contribuir com argumentos de fato e de direito para a demanda a ser julgada. No dia 18 de fevereiro, data marcada para a votação da Adin, a advogada Heloisa Machado, do *Conectas*, fará a sustentação oral no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A participação da *CCR* e da *Conectas* no processo em Jundiaí abre caminhos e aponta uma nova estratégia de atuação para outros grupos de defesa dos direitos humanos, mas, lamentável, passou despercebida pela grande imprensa, que tem sido um tanto displicente na cobertura da criação de leis restritivas à contracepção de emergência em cidades brasileiras.

O assunto nas redações parece ser mesmo a agitação dos parlamentares com a criação da CPI do Aborto e o embate entre os grupos pró-aborto - formado principalmente pela bancada feminina - e antiaborto - de maioria masculina e religiosa. Reforçando a posição destes últimos, o Vaticano aproveitou a visita do novo embaixador brasileiro junto à Santa Sé, Luiz Felipe Seixas, para se pronunciar, novamente, contra o aborto e apelar para que o Governo do Brasil “fomente os valores humanos fundamentais, a família e a proteção do ser humano desde o momento de sua concepção até a morte natural”. O Papa Bento XVI falou da proteção ao “direito do embrião a nascer”. A frequência com que os pronunciamentos de Bento XVI em relação ao aborto estampam as manchetes dos jornais no Brasil e os apelos que faz ao Governo para que não adote uma política de descriminalização do aborto no país reacendem a discussão sobre o estado laico.

No contexto da nossa sociedade hoje, a idéia de que a discussão sobre o aborto deva descambar para o campo filosófico e dogmático está enfraquecida e, mais do que nunca, entende-se que essa é uma questão não só de saúde pública, mas de direitos das mulheres. E se ainda é grande para o Brasil o peso das declarações antiaborto do Vaticano, cresce também o debate sobre a prática do aborto entendida como um direito da mulher, direito de decidir sobre seu próprio corpo e de escolher se quer ou não levar uma gravidez adiante, independentemente das condições hoje impostas por lei. Lei já reconhecida como obsoleta, datada de 1940 e baseada numa sociedade em que as mulheres eram consideradas “relativamente incapazes”, como afirmou o procurador da república Daniel Sarmiento à reportagem do *Jornal do Brasil* de 8 de fevereiro. A eloquência com que os, vale enfatizar, “os” parlamentares contra o aborto, liderados pelo petista Luiz Bassuna, defendem a criação de uma CPI que pode incriminar inúmeras mulheres e profissionais da saúde é resquício daquela sociedade machista.

A mobilização dos grupos em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil é para que ações como a de Bassuna e como a criação de leis restritivas ao acesso a métodos

contraceptivos percam força. A estratégia conjunta da *CCR* e da *Conectas* é representativa dessa luta, que busca levar a discussão a outros segmentos da sociedade e que, para isso, procura o apoio fundamental da grande imprensa, muitas vezes omissa ou desinteressada. Falta uma aproximação maior com a verdadeira razão do trabalho de grupos pró-aborto e se faz uma cobertura apenas pontual dos acontecimentos ligados ao tema, sempre com a velha abordagem da polêmica, dos rachas políticos e dos casos de polícia. O debate está aberto, as possibilidades de avanço são inúmeras e as parcerias necessárias e muito bem-vindas.